

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.309.198 - RJ (2018/0143014-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : VICENTE DE ASSIS JACINTO
ADVOGADO : ROMUALDO MENDES DE FREITAS FILHO - RJ092706
AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADOS : FELIPE AFFONSO CARNEIRO - RJ118903
CRISTINA FERRAZ TEMPONI - RJ111307
LARRANE REDER FERREIRA FREIRE E OUTRO(S) - RJ167936

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial por inexistência de violação de lei federal, incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ e ausência de comprovação do dissenso jurisprudencial (e-STJ fls. 478/481).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 396):

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO. Sentença de improcedência. Recurso exclusivo do autor. Em caso de cobertura por Invalidez Funcional Permanente Total por Doença, a indenização é paga no caso de doença que cause a perda da existência independente do segurado, que se dá quando o quadro clínico incapacitante inviabiliza de forma irreversível o exercício autônomo de suas atividades – como deslocar-se, alimentar-se e higienizar-se sem ajuda de terceiros. Laudo Pericial que afirma estar o autor apto a realizar suas atividades de vida diária, não se encontrando em situação de dependência. As conclusões do laudo do perito do Juízo devem ser acatadas porque resultam de trabalho realizado com técnica e rigor científicos, razão pela qual não se enquadra a situação do autor no conceito de Invalidez Funcional Permanente Total por doença. Contrato que exclui expressamente as lesões decorrente de LER/DORT, tanto no caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente ou Invalidez Funcional Permanente Total por doença. Sentença de improcedência que se mantém.
DESPROVIMENTO DO AGRAVO RETIDO DO RÉU E DO RECURSO DO AUTOR.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 419/422).

No especial (e-STJ fls. 424/450), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alegou, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 6º, III e V, e 54, § 4º, do CDC, sustentando, em síntese, a ausência de cumprimento do dever de informação quando da assinatura do contrato.

No agravo (e-STJ fls. 503/511), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

O recorrido apresentou contraminuta (e-STJ fls. 516/533).

É o relatório.

Decido.

Para acolher a pretensão recursal e reconhecer a inobservância do dever de

Superior Tribunal de Justiça

informação, e por consequência, a existência de cobertura securitária nos termos requeridos, seria imprescindível a reavaliação das cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, a incidência da Súmula n. 7/STJ inviabiliza também o exame do recurso especial pela alínea "c" da norma autorizadora. Nesse sentido: AgRg no Ag n. 1.346.248/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/5/2012, DJe 22/5/2012; REsp n. 1.086.048/RS, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 21/6/2011, DJe 13/9/2011; EDcl no Ag n. 984.901/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/3/2010, DJe 5/4/2010; AgRg no REsp n. 1.030.586/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 30/5/2008, DJe 23/6/2008.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator